

**FLÁVIA RITA**   
www.flaviarita.com

 @PROFESSORAFLAVIARITA

 @PROFESSORAFLAVIARITA

 /PROFESSORAFLAVIARITA

 @PROFAFLAVIARITA

**CONTEÚDO**  
CORREÇÃO DE PROVA



**PROVA TRF 5<sup>ª</sup>**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO**  
**PORTUGUÊS**

PROFESSORA: FLÁVIA RITA

Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Dezembro/2017



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Concurso Público para provimento de cargos de

**Técnico Judiciário**  
**Área Administrativa**

Nome do Candidato  
Caderno de Prova '08', Tipo 001

Nº de Inscrição  
MODELO

Nº do Caderno  
TIPO-001

Nº do Documento  
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação

**FLÁVIA RITA**  
www.flaviarita.com





## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** As questões de números 1 a 9 referem-se ao texto abaixo.

O filósofo Theodor Adorno (1903-1969) afirma que, no capitalismo tardio, “a tradicional dicotomia entre trabalho e lazer tende a se tornar cada vez mais reduzida e as ‘atividades de lazer’ tomam cada vez mais do tempo livre do indivíduo”. Paradoxalmente, a revolução cibernética de hoje diminuiu ainda mais o tempo livre.

Nossa época dispõe de uma tecnologia que, além de acelerar a comunicação entre as pessoas e os processos de aquisição, processamento e produção de informação, permite automatizar grande parte das tarefas. Contudo, quase todo mundo se queixa de não ter tempo. O tempo livre parece ter encolhido. Se não temos mais tempo livre, é porque praticamente todo o nosso tempo está preso. Preso a quê? Ao princípio do trabalho, ou melhor, do desempenho, inclusive nos joguinhos eletrônicos, que alguns supõem substituir “velharias”, como a poesia.

T.S. Eliot, um dos grandes poetas do século XX, afirma que “um poeta deve estudar tanto quanto não prejudique sua necessária receptividade e necessária preguiça”. E Paul Valéry fala sobre uma ausência sem preço durante a qual os elementos mais delicados da vida se renovam e, de algum modo, o ser se lava das obrigações pendentes, das expectativas à espreita... Uma espécie de vacuidade benéfica que devolve ao espírito sua liberdade própria.

Isso me remete à minha experiência pessoal. Se eu quiser escrever um ensaio, basta que me aplique e o texto ficará pronto, cedo ou tarde. Não é assim com a poesia. Sendo produto do trabalho e da preguiça, não há tempo de trabalho normal para a feitura de um poema, como há para a produção de uma mercadoria. Bandeira conta, por exemplo, que demorou anos para terminar o poema “Vou-me embora pra Pasárgada”.

Evidentemente, isso não significa que o poeta não faça coisa nenhuma. Mas o trabalho do poeta é muitas vezes invisível para quem o observa de fora. E tanto pode resultar num poema quanto em nada.

Assim, numa época em que “tempo é dinheiro”, a poesia se compraz em esbanjar o tempo do poeta, que navega ao sabor do poema. Mas o poema em que a poesia esbanjou o tempo do poeta é aquele que também dissipará o tempo do leitor, que se deleita ao flunar por linhas que mereçam uma leitura por um lado vagarosa, por outro, ligeira; por um lado reflexiva, por outro, intuitiva. É por essa temporalidade concreta, que se manifesta como uma preguiça fecunda, que se mede a grandeza de um poema.

(Adaptado de: CÍCERO, Antonio. **A poesia e a crítica: Ensaio**. Companhia das Letras, 2017, edição digital)

1. Depreende-se do texto que a tradicional *dicotomia entre trabalho e lazer* (1º parágrafo), apontada por Adorno,
  - (A) é reforçada pelo capitalismo tardio, cuja ideia de que “tempo é dinheiro” resulta na depreciação das atividades lúdicas que demandam maior dedicação, como a poesia.
  - (B) está circunscrita a um determinado momento histórico em que a exigência de dedicação ao trabalho impedia que a classe dos trabalhadores usufruísse de atividades culturais nos momentos de folga.
  - (C) causou a desvalorização de certas atividades mais lentas, como a feitura de poemas, que chegam a levar anos para serem concluídos, em prol de outras mais dinâmicas, como os jogos eletrônicos.
  - (D) pressupõe que, na era cibernética, diversas atividades, como a comunicação e a captação de informações, estão mais velozes, proporcionando mais tempo de entretenimento para o indivíduo.
  - (E) deu lugar à falta de tempo livre até mesmo nos momentos destinados ao descanso ou ao entretenimento, fenômeno que, apesar dos avanços da tecnologia, ainda se observa nos dias atuais.
  
2. O segmento em que há uso de expressão irônica, dizendo-se o oposto do que se quer dar a entender no contexto, encontra-se sublinhado em:
  - (A) as ‘atividades de lazer’ tomam cada vez mais do tempo livre do indivíduo (1º parágrafo)
  - (B) E tanto pode resultar num poema quanto em nada (5º parágrafo)
  - (C) que se manifesta como uma preguiça fecunda (último parágrafo)
  - (D) numa época em que “tempo é dinheiro” (último parágrafo)
  - (E) e o texto ficará pronto, cedo ou tarde (4º parágrafo)



3. O segmento em que se introduz uma restrição em relação ao que se afirmou antes está em:

- (A) *Paradoxalmente, a revolução cibernética de hoje diminuiu ainda mais o tempo livre.* (1º parágrafo)
- (B) *Se eu quiser escrever um ensaio...* (4º parágrafo)
- (C) *Contudo, quase todo mundo se queixa de não ter tempo.* (2º parágrafo)
- (D) *... que se manifesta como uma preguiça fecunda* (último parágrafo)
- (E) *... não há tempo de trabalho normal para a feitura de um poema...* (4º parágrafo)

4. Considere as afirmações abaixo.

- I. A teoria de que o poeta não deve prejudicar sua *necessária preguiça*, proposta por T.S. Eliot (3º parágrafo), é corroborada pelo autor do texto, por meio de sua própria experiência pessoal.
- II. Ainda que certas atividades, como a feitura de um poema, demandem tempo ocioso, o autor do texto censura o cultivo de uma necessária preguiça, a partir da premissa de que o tempo é escasso e valioso na atualidade.
- III. Para o autor, a falta de tempo livre de que a maioria se queixa deve-se ao fato de que, mesmo nos momentos destinados a atividades de lazer, estamos submetidos à dinâmica do desempenho.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) II.

5. Considerando-se o contexto, a *vacuidade benéfica* (3º parágrafo) apontada por Paul Valéry assemelha-se, pelo sentido, a:

- (A) *tempo de trabalho normal.* (4º parágrafo)
- (B) *produção de uma mercadoria.* (4º parágrafo)
- (C) *uma ausência sem preço.* (3º parágrafo)
- (D) *processamento e produção de informação.* (2º parágrafo)
- (E) *expectativas à espreita.* (3º parágrafo)

6. *Se não temos mais tempo livre, é porque praticamente todo o nosso tempo está preso. Preso a quê? Ao princípio do trabalho...* (2º parágrafo)

Respeitando-se a correção e a clareza, uma redação alternativa para o segmento acima está em:

- (A) Posto que, praticamente todo o nosso tempo está preso ao princípio do trabalho, não dispomos mais o tempo livre.
- (B) A quê nosso tempo está preso? Ao princípio do trabalho, por isso não temos mais praticamente nenhum tempo livre.
- (C) As pessoas não tem mais tempo livre, pois praticamente todo o tempo delas está preso: ao princípio do trabalho.
- (D) Compreende-se nossa falta de tempo livre quando se observa que praticamente todo o nosso tempo está preso ao princípio do trabalho.
- (E) Como praticamente todo o nosso tempo, encontra-se preso ao princípio do trabalho, isso explica o motivo porque não temos mais tempo livre.

7. Mantendo-se a correção, a supressão da vírgula altera o sentido do segmento que está em:

- (A) *Evidentemente, isso não significa que o poeta não faça coisa nenhuma.* (5º parágrafo)
- (B) *Se eu quiser escrever um ensaio, basta que me aplique...* (4º parágrafo)
- (C) *... esbanjar o tempo do poeta, que navega ao sabor do poema.* (último parágrafo)
- (D) *... numa época em que "tempo é dinheiro", a poesia se compraz...* (último parágrafo)
- (E) *Paradoxalmente, a revolução cibernética de hoje diminuiu ainda mais o tempo livre.* (1º parágrafo)



8. *que alguns supõem substituir “velharias” (2º parágrafo)*

No contexto, o termo sublinhado acima exerce a mesma função sintática que o sublinhado em:

- (A) *Mas o trabalho do poeta é muitas vezes invisível (5º parágrafo)*
- (B) *permite automatizar grande parte das tarefas (2º parágrafo)*
- (C) *T.S. Eliot, um dos grandes poetas do século XX, afirma que (3º parágrafo)*
- (D) *não há tempo de trabalho normal para a feitura de um poema (4º parágrafo)*
- (E) *O tempo livre parece ter encolhido (2º parágrafo)*

9. Substituindo-se o segmento sublinhado pelo que está entre parênteses, sem que nenhuma outra modificação seja feita, a frase que permanece correta está em:

- (A) *o ser se lava das obrigações pendentes (as pessoas)*
- (B) *quase todo mundo se queixa de não ter tempo (a maioria das pessoas)*
- (C) *a poesia esbanjou o tempo do poeta (os efeitos poéticos)*
- (D) *isso não significa que o poeta não faça coisa nenhuma (tais fatos)*
- (E) *o trabalho do poeta é muitas vezes invisível para quem o observa de fora (aqueles que)*

10. *Numa visita ao Brasil, pouco depois de sair do Governo da Espanha, Felipe Gonzalez foi questionado sobre o que gostaria de ter feito e não conseguiu. Depois de pensar alguns minutos, disse lamentar que, apesar de avanços importantes em educação, os jovens ainda se formavam e queriam saber o que o Estado faria por eles.*

(COSTIN, Claudia. Disponível em: [folha.uol.com.br](http://folha.uol.com.br))

Transpondo-se para o **discurso direto** a fala atribuída a Felipe Gonzalez, obtêm-se as seguintes formas verbais:

- (A) Lamento – formem – queiram
- (B) Lamento – formem – querem
- (C) Lamentei – formaram – queriam
- (D) Lamentou – vão se formar – irão querer
- (E) Lamento – tinham se formado – quiseram

### Noções de Direito Administrativo

11. A demissão de um servidor foi aplicada em sede de processo administrativo, após término da instrução e garantida a ampla defesa e o contraditório para o funcionário. Não obstante, após a aplicação da pena, o servidor ajuizou ação judicial pleiteando a anulação da decisão, sob alegação de que haveria documentação inverídica juntada ao processo, porque teria sido produzida especificamente para viabilizar a condenação do servidor. A Administração pública, diante da existência da ação ainda não julgada

- (A) *deverá aguardar a decisão judicial, que poderá rever o processo disciplinar para sindicá-la, bem como a adequação da apreciação de provas.*
- (B) *poderá lançar mão do poder de revisão de seus atos administrativos, de modo que constatada a ilegalidade apontada, poderá revogar a decisão proferida ou mitigar a penalidade, com a desconsideração da prova.*
- (C) *poderá exercer seu poder de revisão para anular a demissão de servidor caso verifique, em procedimento próprio, a ilegalidade apontada, não dependendo do proferimento da decisão judicial para tanto.*
- (D) *deverá suspender a penalidade em razão do ajuizamento da ação, que poderá determinar a reintegração do servidor diante da decisão de anulação ou revogação da decisão.*
- (E) *poderá decidir pela reintegração do servidor, produzindo efeitos a partir da decisão que anula a demissão, passando o servidor a ocupar novo cargo, ainda que com aproveitamento de benefícios anteriores.*

12. Numa licitação processada sob a modalidade de pregão, a classificação das propostas, ato que identifica o autor da melhor oferta,

- (A) *tem natureza de direito subjetivo, na medida em que confere ao licitante classificado em primeiro lugar o direito de exigir sua declaração como vencedor, com a consequente adjudicação do objeto e assinatura do contrato.*
- (B) *possui natureza de ato administrativo passível de ser revogável pela Administração no caso de superveniente identificação do não preenchimento dos requisitos técnicos de habilitação.*
- (C) *enseja processamento da fase de habilitação, para crivo do preenchimento dos requisitos pelo licitante classificado em primeiro lugar, após a qual caberá ao pregoeiro avaliar se a proposta atende aos critérios de conveniência e oportunidade.*
- (D) *demandará manifestação do pregoeiro quanto a sua aceitabilidade, não obstante já se saiba o objeto e valor, para então passar a fase de habilitação.*
- (E) *obriga o pregoeiro negociar com o licitante a redução da referida proposta, sob pena de desclassificação e oferta das mesmas condições ao segundo classificado.*



13. As alterações passíveis de serem implementadas nos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/1993
- (A) dependem do consenso entre as partes para viabilizar majorações que superem 25% do valor inicial.
  - (B) implicam o reequilíbrio econômico-financeiro sempre que causarem alteração de objeto.
  - (C) podem ser feitas unilateralmente pelas partes, para redução ou majoração até o limite de 25% sem a necessária alteração do valor do contrato.
  - (D) podem ser feitas pelo poder público como prerrogativa unilateral, não sendo necessária concordância da contratada na hipótese, por exemplo, de supressão ou majoração até o limite de 25%.
  - (E) podem facultar às partes a denúncia do contrato, para rescindi-lo unilateralmente, caso o equilíbrio da equação econômico-financeira não seja restabelecido.

#### Atos Normativos

14. Nos termos da Resolução nº 147/2011 que institui o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, considere:
- I. O Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus integrará todos os contratos de estágio, de forma a assegurar o alinhamento entre os colaboradores, não integrando, porém, os contratos de prestação de serviços.
  - II. O Conselho e a Justiça Federal de primeiro e segundo graus não serão tolerantes com atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, excetuando-se os atos que caracterizem proselitismo partidário.
  - III. Recursos, espaço e imagem do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus não poderão, sob qualquer hipótese, ser usados para atender a interesses pessoais, políticos ou partidários.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) II.



15. De acordo com a Resolução nº 147/2011 do Conselho da Justiça Federal, com relação as informações à Imprensa, os contatos com os órgãos de imprensa serão promovidos,
- (A) exclusivamente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho, não podendo ser porta-voz autorizado por qualquer outro órgão do Poder Judiciário.
  - (B) exclusivamente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho, Tribunais Regionais Federais e seções judiciárias, conforme o caso.
  - (C) preferencialmente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho e Tribunais Regionais Federais, sendo permitido excepcionalmente, porta-vozes autorizados por autoridades do Poder Executivo.
  - (D) preferencialmente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho, sendo permitido porta-vozes locais designados pelos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais e pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.
  - (E) preferencialmente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho, sendo permitido porta-vozes autorizados pelo Supremo Tribunal Federal.

#### GABARITO

1-E	2-A	3-C	4-D	5-C
6-D	7-C	8-E	9-B	10-A
11-C	12-D	13-D	14-A	15-B